



COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 1ª Reunião Extraordinária 2023 do Comitê do Fundo de Transição

Data: 06 de setembro de 2023	Local: Reunião virtual
Horário: 16:00 às 17:00 horas	
Participantes com direito a voto: Representantes dos Membros Doadores Institucionais: 3 participantes; Representantes dos Membros Doadores Corporativos: 1 participante; Representante do Membro Doador Indivíduo: 0 participante; Representantes dos Membros do Governo Brasileiro: 2 participantes. Lista de Participantes: José Alentejano (Presidente do CFT); Avecita Chicchon (Moore); Francisco Oliveira (Moore); Tiago Alves (Anglo American); Matias Cardomingo (Ministério da Fazenda), Julia Zapata (DAP/MMA); Paulo Carneiro (Consultor Intrínseco/ICMBio); Renata Carolina Gatti (DAP/MMA); Angela Garda (ICMBio); Carolina Campos (ICMBio); Rosa Lemos de Sá (Secretária Geral/FUNBIO); Manoel Serrão (Superintendente de Programas/FUNBIO) Fernanda Marques (Gerente de Portfólio/FUNBIO); Fábio Ribeiro (Gerente de Projetos/FUNBIO).	

Sumário

I.	Deliberação sobre a proposta de Planos Operativos (POs) para as Coordenações do ICMBio Sede .	1
II.	Deliberações	3
III.	Encaminhamentos.....	4
	ASSINATURAS.....	5

I. Deliberação sobre a proposta de Planos Operativos (POs) para as Coordenações do ICMBio Sede

O presidente do CFT, José Alentejano, abriu a reunião com boas-vindas aos participantes e destacou dois fatos recentemente noticiados pela imprensa, a diminuição de alertas de desmatamento e os resultados de combate ao garimpo ilegal na Amazônia, parabenizando ICMBio

e MMA pelos resultados. Em seguida colocou em discussão a análise da nota técnica Nota Técnica nº 49/2023/DPAR/COGEP/CGPLAN/DIPLAN/GABIN/ICMBio, apresentada pelo ICMBio.

Abrindo o debate Alentejano transmitiu um alinhamento entre os membros doadores do Programa ARPA, reforçando pontos como a importância da lógica de construção do Programa, que prima pela gestão descentralizada dos recursos como estratégia exitosa para o alcance de seus resultados, falou também da importância dos recursos centralizados serem contrapartida dos órgãos gestores para o Programa e por fim, que as respostas aos pleitos que seriam debatidos na reunião teriam caráter de excepcionalidade. Com isso iniciou a discussão reportando as análises dos membros doadores para cada um dos pleitos apresentados pelas coordenações do ICMBio.

Em relação ao pleito da Coordenação de Consolidação Territorial (CGTER), foi debatida uma questão associada a dificuldade de consolidação no marco referencial, o ICMBio posicionou que se trata de uma atividade realizada a partir da coordenação e que considera mais adequado que os recursos estejam mobilizados de forma centralizada. O Presidente do CFT manifestou o entendimento dos membros doadores, de que há necessidade de apoio especializado para a atividade, mobilizado por meio do ICMBio Sede, porém seria necessário um compromisso com o alcance da consolidação de UCs até 2026 no marco referencial de demarcação.

Deliberação 1: O pleito de remanejamento de R\$ 899 mil apresentado pela Coordenação de Consolidação Territorial (CGTER), fica condicionado a apresentação do ICMBio ao CFT, de um plano estratégico para avanço do marco referencial de demarcação, visando a consolidação das UCs do ARPA até 2026. Mediante apresentação e aprovação do plano os recursos poderão ser remanejados dos POs das UCs para um PO de Coordenação da CGTER.

Sobre o pleito da Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo foi manifestado pelo Presidente do CFT que o pleito não continha o detalhamento necessário para uma tomada de decisão pelo comitê. Ressaltou também que com o recurso descentralizado as coordenações podem ser envolvidas nas atividades por meio dos POs das UCs. O ICMBio manifestou a necessidade de realização de remanejamentos entre UCs para priorização de atividades de acordo com o planejamento estratégico do OG. Uma discussão sobre aperfeiçoamento do planejamento foi realizada

Encaminhamento 1: UCP e FUNBIO devem trabalhar ao longo do próximo biênio, com a colaboração dos OGs, no aperfeiçoamento do planejamento da meta de revisão de planos de manejo objetivando que os planejamentos reflitam a realidade para o biênio evitando assim a alocação de recursos que não serão implementados.

Deliberação 2: Quanto ao pleito de remanejamento de R\$ 436 mil da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (COMAM), o mesmo foi indeferido pelo CFT por falta do detalhamento necessário para a análise do CFT.

A Coordenação de Monitoramento Ambiental apresentou pleito de remanejamento de R\$ 1.070 milhões. Foi mencionado pelo Presidente do CFT que os doadores consideram que o Programa investiu bastante na estruturação do Programa Monitora, consideram importante neste momento que o recurso seja mantido descentralizado e que investimentos centralizados deveriam ser restritos as capacitações de gestores para implementação do monitoramento da biodiversidade e para o investimento na análise e divulgação técnico/científica do Programa Monitora, no âmbito do ARPA. O MMA se manifestou favorável ressaltando a importância que as capacitações envolvam os OGs Estaduais do Programa ARPA.

Deliberação 3: Para o pleito apresentado pela Coordenação de Monitoramento Ambiental, o CFT decidiu pelo remanejamento de R\$ 700 mil num PO de coordenação para implementação do Programa Monitora no âmbito do ARPA, sendo R\$ 390 mil para a realização dos eventos de capacitações de gestores, R\$ 210 mil para a análise e divulgação dos resultados técnicos/científicos, e R\$ 100 mil para o suporte a gestão de dados e informações do Programa.

Sobre a solicitação de remanejamento de R\$1.720 milhões da Coordenação de Proteção (CGPRO), o Presidente do CFT apontou outros projetos como o POP ICMBio Proteção (Moore e Re Wild) e Fundo Amazônia, que estão prevendo aporte de recursos para atuação do ICMBio na Proteção de UCs localizadas na região da BR 163. Foi realizada uma discussão sobre os recursos do POP e houve consenso que como já há recursos disponíveis para implementação em 2023 por meio deste projeto não haveria necessidade da realização de centralização de recursos do ARPA para a CGPRO.

Deliberação 4: O Pleito de recursos no valor de R\$ 1.720 milhões foi retirado por consenso uma vez que há outras fontes de recurso de projetos aprovados (POP Moore e Re Wild) e submetidos (Fundo Amazônia) que poderão garantir a demanda apresentada pelo ICMBio.

Por fim foi discutido o pleito da Divisão de Projetos e Parcerias (DPA – DIMAN), que solicitou R\$ 500 mil para desenvolvimento de atividades ligadas ao Programa. O Presidente do CFT manifestou que os membros doadores consideram relevante que recursos sejam disponibilizados para a DPA, com o objetivo de promoverem o avanço nos marcos referenciais mais relevantes do Programa, que permitam a consolidação das UCs do Programa em 2026.

Deliberação 5: O pleito da DPA foi parcialmente deferido, com a liberação de R\$ 200 mil para que o ICMBio construa e implemente um plano para que as UCs alcancem nos marcos referenciais mais relevantes, visando a consolidação das mesmas até 2026.

II. Deliberações

Ponto de Pauta	Deliberações
Proposta de Planos Operativos para as	Deliberação 1: O pleito de remanejamento de R\$ 899 mil apresentado pela Coordenação de Consolidação Territorial (CGTER), fica condicionado a apresentação do ICMBio ao CFT, de um plano

Ponto de Pauta	Deliberações
Coordenações do ICMBio Sede	<p>estratégico para avanço do marco referencial de demarcação, visando a consolidação das UCs do ARPA até 2026. Mediante apresentação e aprovação do plano os recursos poderão ser remanejados dos POs das UCs para um PO de Coordenação da CGTER.</p> <p>Deliberação 2: Quanto ao pleito de remanejamento de R\$ 436 mil da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (COMAM), o mesmo foi indeferido pelo CFT por falta do detalhamento necessário para a análise do CFT.</p> <p>Deliberação 3: Para o pleito apresentado pela Coordenação de Monitoramento Ambiental, o CFT decidiu pelo remanejamento de R\$ 700 mil num PO de coordenação para implementação do Programa Monitora no âmbito do ARPA, sendo R\$ 390 mil para a realização dos eventos de capacitações de gestores, R\$ 210 mil para a análise e divulgação dos resultados técnicos/científicos, e R\$ 100 mil para o suporte a gestão de dados e informações do Programa.</p> <p>Deliberação 4: O Pleito de recursos no valor de R\$ 1.720 milhões foi retirado por consenso uma vez que há outras fontes de recurso de projetos aprovados (POP Moore e Re Wild) e submetidos (Fundo Amazônia) que poderão garantir a demanda apresentada pelo ICMBio.</p> <p>Deliberação 5: O pleito da DPAR foi parcialmente deferido, com a liberação de R\$ 200 mil para que o ICMBio construa e implemente um plano para que as UCs alcancem nos marcos referenciais mais relevantes, visando a consolidação das mesmas até 2026.</p>

III. Encaminhamentos

Ponto de Pauta	Encaminhamentos	Responsáveis
Proposta de Planos Operativos para as Coordenações do ICMBio Sede	Encaminhamento 1: UCP e FUNBIO devem trabalhar ao longo do próximo biênio, com a colaboração dos OGs, no aperfeiçoamento do planejamento da meta de revisão de planos de manejo objetivando que os planejamentos reflitam a realidade para o biênio	ICMBio

	evitando assim a alocação de recursos que não serão implementados.	
--	--	--

ASSINATURAS

06 de setembro de 2023.

<p>MEMBROS CFT DOADORES INSTITUCIONAIS:</p> <hr/> <p>José Augusto Alentejano WWF/Brasil</p> <hr/> <p>Avecita Chicchon Gordon and Betty Moore Foundation</p>
<p>MEMBRO CFT DOADOR CORPORATIVO:</p> <hr/> <p>Tiago Alves Anglo American</p>
<p>MEMBRO CFT DO GOVERNO BRASILEIRO</p> <hr/> <p>Julia Zapata Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</p> <hr/> <p>Matias Cardomingo Ministério da Fazenda</p>
<p>SECRETARIA EXECUTIVA CFT:</p>

Rosa Lemos de Sá

Secretaria Geral / FUNBIO